
O PAPEL DAS PARCERIAS SINO-BRASILEIRAS NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE 2000 A 2024

Heloísa Silva Menezes*

Zina Angelica Cáceres Benavides**

Resumo: Este artigo analisa as relações comerciais entre Brasil e China ao longo de 2000 a 2024, destacando a ascensão da China como a principal parceira econômica do Brasil, especialmente no comércio de *commodities*. A parceria, iniciada há cinquenta anos, tem se fortalecido com o tempo, moldando significativamente a economia brasileira e suas estratégias diplomáticas. No período analisado, o comércio bilateral cresceu de forma consistente com picos de superávits para o Brasil. O artigo priorizou a perspectiva realista das Relações Internacionais para análise e destaca a assimetria de poder entre Brasil e China, refletida na dependência econômica brasileira em relação ao gigante asiático. Em conclusão, as parcerias sino-brasileiras no comércio exterior proporcionam crescimento e benefícios mútuos, mas persistem desafios estruturais. São necessários aumento de valor agregado das exportações e diversificação de mercados, para que o Brasil mitigue vulnerabilidades e fortaleça sua autonomia econômica e sua posição no comércio internacional, tornando a relação sino-brasileira mais equilibrada e resiliente no longo prazo.

Palavras-chave: Brasil. China. Comércio exterior. Realismo. Relações Internacionais

Abstract: This article analyzes the trade relations between Brazil and China from 2000 to 2024, highlighting China's rise as Brazil's primary economic partner, especially in commodities trade. The partnership, initiated fifty years ago, has strengthened over time, significantly shaping the Brazilian economy and its diplomatic strategies. During the analyzed period, bilateral trade grew consistently, with trade surpluses favoring Brazil. From a realist perspective from International Relations, the analysis underscores the power asymmetry between Brazil and China, reflected in Brazil's economic dependence on the Asian giant. In conclusion, Sino-Brazilian trade partnerships offer growth and mutual benefits, yet structural challenges persist. Increasing the added value of exports and diversifying markets are essential for Brazil to reduce vulnerabilities, strengthen economic autonomy, and improve its position in international trade, making the Sino-Brazilian relationship more balanced and resilient in the long term.

Keywords: Brazil. China. Foreign trade. Realism. International Relations

* Graduada em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Ilhéus, BA, Brasil. E-mail: hsmenezes.lea@uesc.br. ORCID ID: 0009-0003-6202-9896.

** Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz. Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Área de Estudos Internacionais Comparados pela UFRRJ. E-mail: zacbenavides@uesc.br. ORCID ID:0000-0003-4969-1829.

Introdução

As relações diplomáticas entre Brasil e China, que em 2024 celebram cinquenta anos, têm se consolidado como um dos pilares da política externa brasileira e um fator determinante para o desenvolvimento econômico do país. Desde a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) no início dos anos 2000, o intercâmbio comercial bilateral cresceu exponencialmente, com a China tornando-se o principal destino das exportações brasileiras a partir de 2009, superando parceiros tradicionais como os Estados Unidos e a União Europeia. Essa parceria não se restringe apenas ao comércio, mas abrange também cooperações em tecnologia e investimentos, refletindo a crescente importância geopolítica e econômica de ambos os países no cenário internacional, inclusive no âmbito dos BRICS (Conselho Empresarial Brasil-China, 2021).

Contudo, a estrutura dessa parceria comercial revela uma assimetria e riscos à economia brasileira. A competição por recursos naturais, questões relacionadas à propriedade intelectual e preocupações com o desequilíbrio comercial foram alguns dos pontos de atrito. Tais tensões refletem um evento mais amplo no comércio internacional, onde a centralidade da China nas cadeias produtivas, fenômeno descrito por Sarti e Hiratula (2017) como ‘chinalização industrial’, e a demanda por insumos tecnológicos amplia a competitividade sobre economias como a brasileira, acentuando o desequilíbrio nas trocas comerciais (Goettlicher, 2020). Tal dependência expõe a economia brasileira às oscilações dos preços internacionais das *commodities* e reforça seu papel periférico nas cadeias produtivas globais, gerando vulnerabilidades estruturais. Entende-se que *commodities* são produtos primários que servem normalmente para a produção de bens acabados e os preços são determinados por padrões de composição e de qualidade (Brasil, 2012). A construção de grandes projetos de infraestrutura, como o porto de Chancay no Peru e a proposta da Ferrovia Bioceânica, exemplifica a estratégia chinesa de otimizar o escoamento de *commodities* da América do Sul para a Ásia, com profundas implicações geopolíticas e geoeconômicas para a região.

Além disso, segundo dados do Comex Stat (2025), a participação chinesa nas exportações foi de 27,2% em 2022. Um dos fatores que impulsionou essa dependência foi o *boom* das *commodities* observado no início do século XXI, caracterizado pela elevação

expressiva dos preços de produtos primários. Tal evento levou a uma mudança dos investimentos internos, priorizando culturas voltadas ao mercado externo, como soja e milho, em detrimento daquelas destinadas ao consumo interno. Como destacam Leite e Rodrigues (2024), essa dependência expõe a economia brasileira às oscilações do mercado global e reforça seu papel periférico nas cadeias produtivas internacionais.

Sob a perspectiva do realismo nas Relações Internacionais, a cooperação entre Brasil e China pode ser interpretada como uma estratégia pragmática, onde cada Estado busca maximizar seus interesses nacionais em um ambiente internacional anárquico. A China visa garantir acesso a recursos estratégicos e expandir sua influência global, enquanto o Brasil busca ampliar suas exportações e atrair investimentos. Essa dinâmica, no entanto, é marcada por uma assimetria de poder que se reflete não apenas no Produto Interno Bruto (PIB) dos países, mas também na complexidade de suas economias e na capacidade de projeção internacional. A parceria sino-brasileira, portanto, é um reflexo desse paradigma, onde a cooperação é um instrumento de autopreservação e busca por ganhos relativos, exigindo do Brasil uma análise crítica e estratégica para mitigar vulnerabilidades e fortalecer sua autonomia.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a relação comercial sino-brasileira no período de 2000 a 2024, examinando não apenas sua evolução quantitativa, mas também suas implicações estruturais para o desenvolvimento econômico e a autonomia do Brasil. O texto é composto por duas seções, além desta introdução. A primeira seção analisa a ascensão da China como parceira comercial do Brasil, a avaliação do Comércio Exterior Brasil-China e uma análise das relações sob a perspectiva realista, para esta fase inicial de pesquisa mais ampla. Por último, a segunda seção sintetiza e finaliza o trabalho.

Quanto à metodologia, a pesquisa se baseará na pesquisa bibliográfica e descritiva estatística de dados do comércio exterior. A coleta de dados será feita por meio de bases de dados oficiais do governo brasileiro, OMC e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), além de relatórios de instituições internacionais e publicações acadêmicas. Essa abordagem busca aprofundar a compreensão sobre como a dependência de commodities e a perda de complexidade econômica afetam a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, à luz das recentes reconfigurações geopolíticas e dos investimentos chineses

em infraestrutura. Por fim, a contribuição deste trabalho reside em oferecer uma análise mais aprofundada das dinâmicas de poder e das vulnerabilidades econômicas, permitindo uma compreensão abrangente e contextualizada das parcerias sino-brasileiras, fornecendo informações valiosas para o entendimento dessa relação bilateral.

Ascensão da China como parceira comercial do Brasil

A crescente presença da China como parceira comercial do Brasil é um marco importante no cenário econômico de ambos os países e seus impactos reverberam em todos os setores. Esse fenômeno foi impulsionado pela expansão econômica chinesa, impulsionada por uma combinação de medidas tomadas pelo país sob a liderança de Deng Xiaoping. Antes das reformas econômicas implementadas em 1978, a economia era altamente centralizada, o que limitava a inovação e o crescimento. Entretanto a liberalização do sistema de formação de preços e do comércio exterior, criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), deslocamento de mão de obra rural, ausência de proteção à propriedade intelectual, tamanho da população, crescimento dos investimentos diretos externos e políticas que incentivavam a inovação, a transferência e a geração de ciência e tecnologia foram alguns elementos que impulsionaram o desenvolvimento econômico da China (Nonnenberg, 2010).

À medida que a China procurou recursos para sustentar sua expansão econômica, tornou-se um dos principais atores do crescimento econômico global devido à alta demanda por importações. Por outro lado, o Brasil, com sua vasta produção agrícola e de *commodities*, tornou-se um fornecedor importante para a China e para atender a essa parceria tem diversificado sua pauta de exportações, incluindo uma variedade de produtos agrícolas e minerais. Conforme Andrade (2018, p. 90), o Brasil [...]

Insere-se nas cadeias globais de valor como um fornecedor de insumos para empresas de outros países adicionarem mais valor na cadeia produtiva. Em outras palavras, a economia brasileira não está excluída das cadeias globais de valor, todavia não se apresenta como exportadora de produtos com maior valor adicionado, ocupando um lugar de fornecedora de matérias-primas para outros países adicionarem valor.

Os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1974 após troca de missões comerciais, durante o governo do presidente Ernesto Geisel. Naquele período o Brasil passou a

exportar ferro, soja, açúcar, algodão e armas, em troca de metais não ferrosos, petróleo, carvão e produtos farmacêuticos chineses. As exportações brasileiras passaram de US\$12 milhões, em 1974, para US\$118 milhões, em 1979. Além disso, a política externa brasileira passou por mudanças significativas a partir do primeiro governo Lula, com um foco maior na cooperação Sul-Sul. Em seu discurso de posse, o presidente Lula afirmou: “(a)profundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros” (Brasil, 2008, p.15).

Este realinhamento estratégico foi motivado pelo desejo de reduzir a tradicional dependência do Brasil dos Estados Unidos e da União Europeia, bem como de afirmar a sua própria influência global. No Ciclo de *Boom* das *Commodities* as exportações brasileiras para a China expandiram-se de US\$2.520 bilhões em 2002 para US\$8.402 bilhões em 2006, convertendo este país no maior parceiro comercial do Brasil na Ásia e o país passou a ser o maior parceiro comercial da China na América Latina (Leite, 2011).

Ao analisar as exportações brasileiras, observam-se diferenças estruturais entre as relações comerciais com a China e os Estados Unidos. Segundo a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais a parceria com a China é marcada por uma concentração em *commodities* agrícolas, minerais e petróleo. Em contraste, as exportações para os Estados Unidos, embora em menor volume total, apresentam uma pauta mais diversificada e, conseqüentemente, qualitativamente mais forte.

Apesar de serem os maiores parceiros comerciais, não há informações sobre a existência de um acordo ou convênio que obrigue o Brasil a ter exclusividade de suas exportações. A política comercial brasileira visa a diversificação de parceiros e mercados, em busca da maximização de seus interesses econômicos e a redução de dependências excessivas de um único destino para suas exportações.

Avaliação do Comércio Exterior Brasil-China (2000-2024)

A análise será feita em duas partes: a evolução do fluxo comercial e as principais mercadorias trocadas. Para isso, foi utilizada a base de dados do Comex Stat, Fundo Monetário

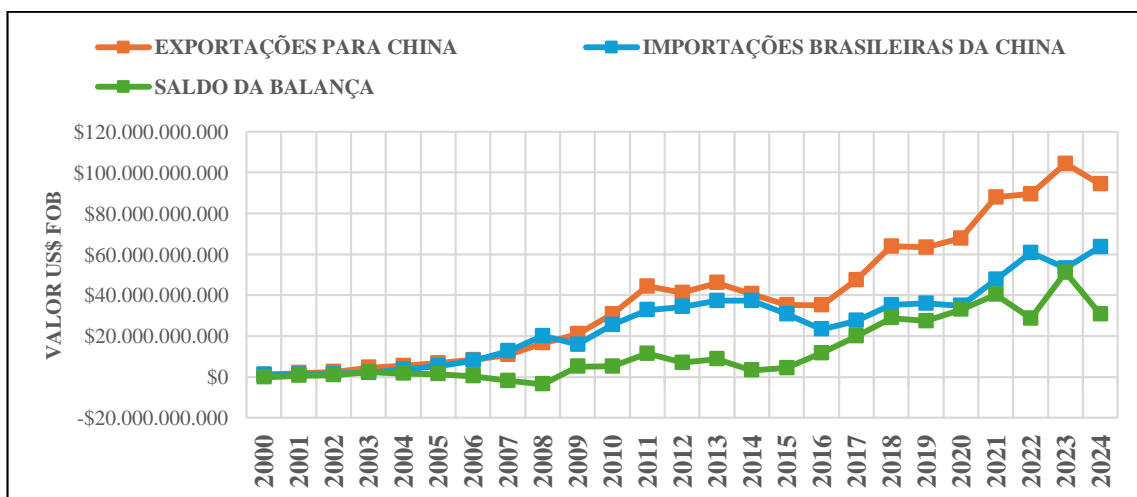
Internacional (FMI) e UNCTAD. Após a coleta, foram elaborados gráficos para fornecer uma representação visual clara e eficaz.

Além disso, as informações serão apresentadas em valor FOB (*Free on Board*) e utilizarão os códigos do Sistema Harmonizado 4 (SH4). Quando os dados forem expressos em valor FOB significa que o preço inclui todos os custos com a entrega da mercadoria ao momento que está a bordo (Sprengr, 2025). Já a nomenclatura SH refere-se ao Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias desenvolvido pela Organização Mundial das Alfândegas (FAZCOMEX, 2024). No caso deste artigo, o código de descrição do produto exportado e importado contém quatro dígitos.

Fluxo comercial

Durante o período analisado, a relação comercial entre Brasil e China demonstra uma evolução significativa, marcada por fases distintas de déficit e superávit para o Brasil como é visto no gráfico 1, abaixo. Inicialmente, no ano 2000, o Brasil registrou um déficit comercial de aproximadamente 134 milhões de dólares com a China. Este cenário reflete um período em que a China ainda estava em processo de inserção plena no comércio internacional e não havia consolidado sua posição como principal parceiro comercial do Brasil.

Gráfico 1: Comércio Exterior Brasil-China: Evolução das Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial (2000-2024).



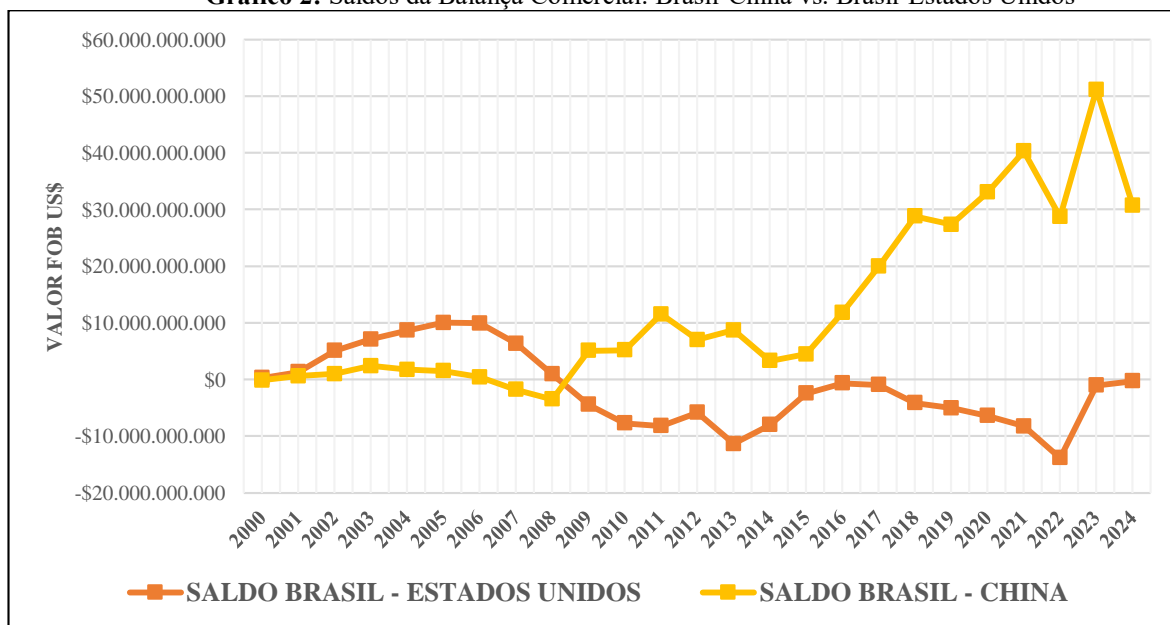
Fonte: Comex Stat. Elaboração própria. 2025.

No ano que China ingressou à OMC, em 2001, essa situação mudou, e o Brasil passou a registrar superávits consecutivos até 2006. O superávit atingiu seu pico inicial em 2003, com cerca de dois bilhões de dólares, impulsionado pelo *boom* das *commodities* e investimento estrangeiro direto (IED). Os anos de 2007 e 2008 representaram um breve retorno ao déficit. No período de 2003 a 2008, as exportações do Brasil passaram de U\$72 bilhões para U\$197 bilhões e a taxa de crescimento do PIB foi de aproximadamente 4,8% (Leite; Rodrigues, 2024). O país tem sido um dos principais receptores de IED chinês na América Latina. Entre 2007 e 2020, as empresas chinesas efetivaram 176 empreendimentos no Brasil, totalizando um estoque de US\$ 66,1 bilhões, representando 47% dos investimentos chineses na América do Sul nesse período (CEBC, 2021).

No período da Crise Financeira Global e desaceleração do crescimento, de 2009, o Brasil estabeleceu uma trajetória de superávits consistentes e crescentes, com exceção de uma leve queda em 2014 e 2015. Essa desaceleração pode ser explicada pelo esgotamento do *Boom* dos preços internacionais das *commodities*, que impactou o valor das exportações brasileiras, e por um aumento das importações de produtos chineses, que se mantiveram em patamares elevados.

A desaceleração da economia chinesa nesse período também pode ter contribuído para uma menor demanda por *commodities* brasileiras.

Gráfico 2: Saldos da Balança Comercial: Brasil-China vs. Brasil-Estados Unidos



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria. 2025.

O superávit a partir de 2016, mostrou um crescimento expressivo que culminou no pico de \$51.149.054.657,00 em 2023. Esse novo ciclo de alta foi impulsionado por uma combinação de fatores, incluindo a recuperação dos preços das *commodities*, a desvalorização do real, que tornou as exportações brasileiras mais competitivas, e a contínua demanda chinesa por produtos agrícolas e minerais. A pandemia de COVID-19, a partir de 2020, também teve um impacto, com a China mantendo sua demanda por alimentos e matérias-primas, enquanto o Brasil se consolidava como um fornecedor confiável.

Ademais, para uma compreensão mais aprofundada do fluxo comercial brasileiro, é fundamental comparar o desempenho da balança comercial com os principais parceiros comerciais, China e Estados Unidos. Os dados do gráfico 2 revelam padrões distintos e complementares que moldam a posição do Brasil no comércio global.

A relação comercial do Brasil com os Estados Unidos, ao contrário da China, tem sido marcada por uma predominância de superávits para o Brasil no início do período analisado, seguida por uma mudança para déficits consistentes a partir de 2009. Nos anos 2000 a 2008, o Brasil registrou superávits com os EUA, atingindo um pico de \$10.001.425.049,00 em 2005. Apesar disso, a partir de 2009, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (O TEMPO, 2025) a balança comercial inverteu-se, e o Brasil passou a registrar déficits. O déficit mais expressivo ocorreu em 2022, atingindo quase 14 bilhões. Essa mudança se deve a diversos fatores, como o aumento das importações brasileiras de produtos de maior valor agregado dos EUA e perda de competitividade de alguns produtos brasileiros no mercado norte-americano.

Assim, ao comparar os saldos das balanças, a diferença é notável e ilustra a dualidade da estratégia comercial brasileira. O crescimento exponencial das exportações de *commodities* para China resultou em superávits cada vez maiores, embora com oscilações que mostram a volatilidade dos preços das *commodities* e a desaceleração da economia chinesa. Já a relação com os Estados Unidos tem se mostrado mais desafiadora em termos de balança comercial. As mercadorias exportadas para os EUA são mais diversificadas, o que é importante para o desenvolvimento industrial brasileiro, mas o volume e o valor dos produtos importados superam essas exportações.

Principais produtos exportados e importados

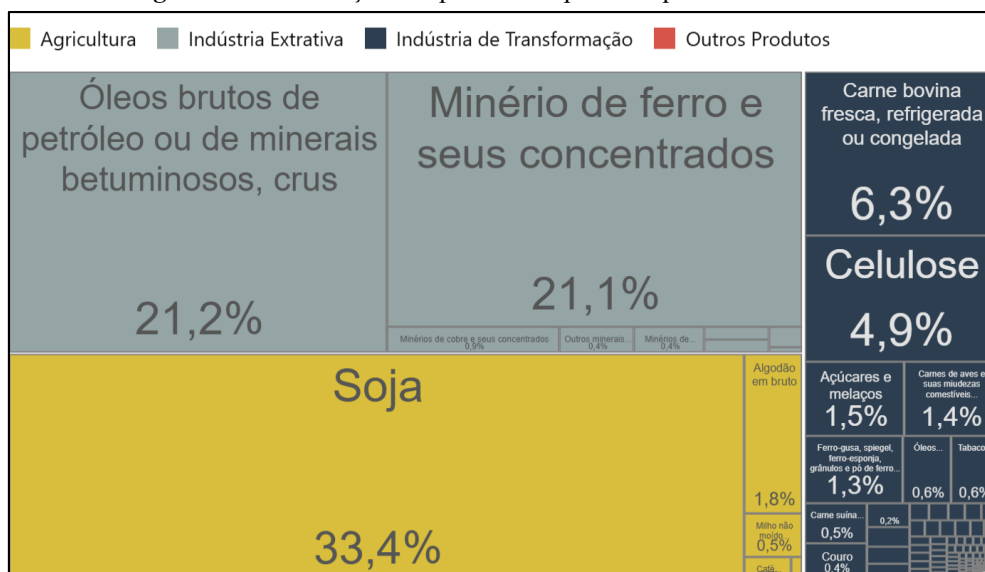
Apesar do crescimento do comércio bilateral, as exportações brasileiras para a China apresentam uma concentração em um número reduzido de produtos, principalmente *commodities* agrícolas e minerais.

No início do século XXI, observou-se um crescimento do comércio internacional e com isso o aumento da demanda global. Então, os preços das *commodities* exportadas pelo Brasil sofreram elevação, fator positivo externamente apesar da valorização do real (Bello, 2010).

Do mesmo modo, produtos em que o Brasil tem históricas vantagens comparativas, como os da agropecuária, foram favorecidos pelo aumento da demanda mundial, capitaneado pela expansão da economia chinesa. Também contribuiu para o aumento nos preços das *commodities* a especulação financeira nesse mercado, fruto do excesso de liquidez existente no sistema financeiro mundial. Muitos especuladores voltaram-se para a compra e venda de *commodities* com fins meramente especulativos, o que pressionou para cima as cotações dessas mercadorias (Bello, 2010, p. 4)

De acordo com a figura abaixo, foram cinco os produtos mais exportados do Brasil para a China em 2024: soja (1201); minério de ferro e seus concentrados (2601); óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (2709) e; carne de animais da espécie bovina (0202).

Figura 1: Concentração dos produtos exportados para China em 2024.



Fonte: Comex Stat. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis/2/160>.

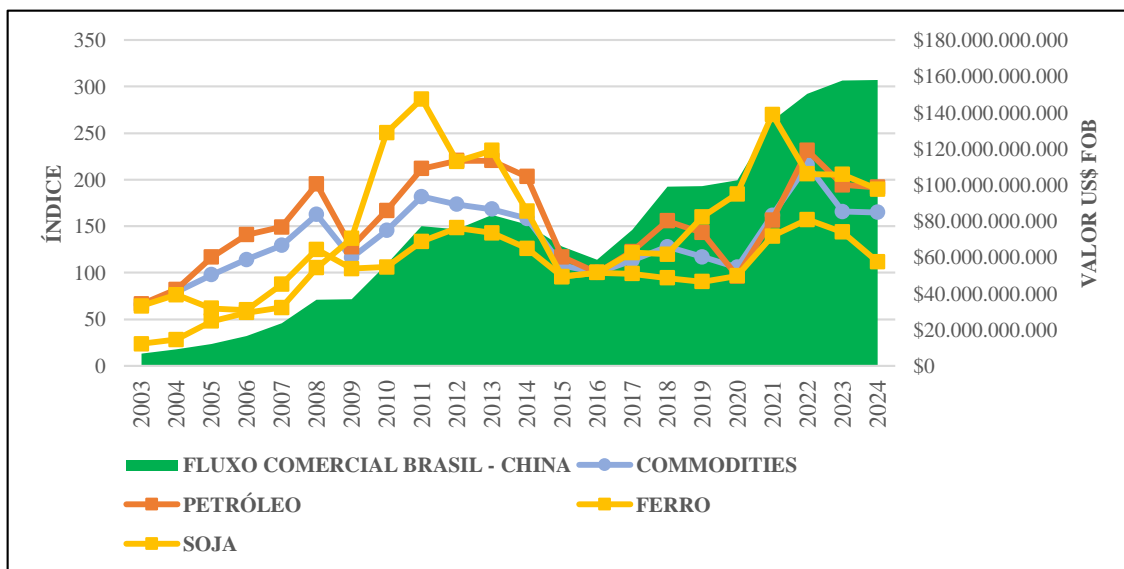
As *commodities* agrícolas representam a maior parcela das exportações brasileiras para

a China, conforme evidenciado na figura 1. A Soja é o principal produto, respondendo por 33,4% do total. Além da soja, outros produtos agrícolas incluem: algodão (1,8%), açúcares e melações (1,5%), milho (0,5%) e café (0,2%). A soma dessas exportações agrícolas demonstra a forte dependência da pauta brasileira em relação à demanda chinesa por alimentos e matérias-primas para a indústria de ração animal e outros setores.

Em relação às *commodities* minerais, os produtos da indústria extrativa também desempenham um papel crucial nas exportações para a China, refletindo a demanda chinesa por insumos para sua vasta indústria e infraestrutura. Os principais itens são: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (21,2%) e minério de ferro e seus concentrados (21,1%). Por fim, produtos industrializados aparecem com percentuais muito pequenos, indicando uma pauta de manufaturados pouco diversificada e com baixa representatividade no total das exportações para a China.

Esses dados evidenciam, diferentemente da fase de industrialização, a intensificação do padrão de especialização brasileira em produtos de baixo valor agregado o que pressupõe certa dependência brasileira da demanda da China. Tal configuração está relacionada ao comportamento do índice geral de *commodities*, que reflete a dinâmica dos preços internacionais desses produtos ao longo do tempo. O gráfico abaixo é uma representação da relação comercial entre Brasil e China com o preço das mercadorias mais exportadas.

Gráfico 3: Relação entre o fluxo comercial Brasil x China e a variação do preço das *commodities*.



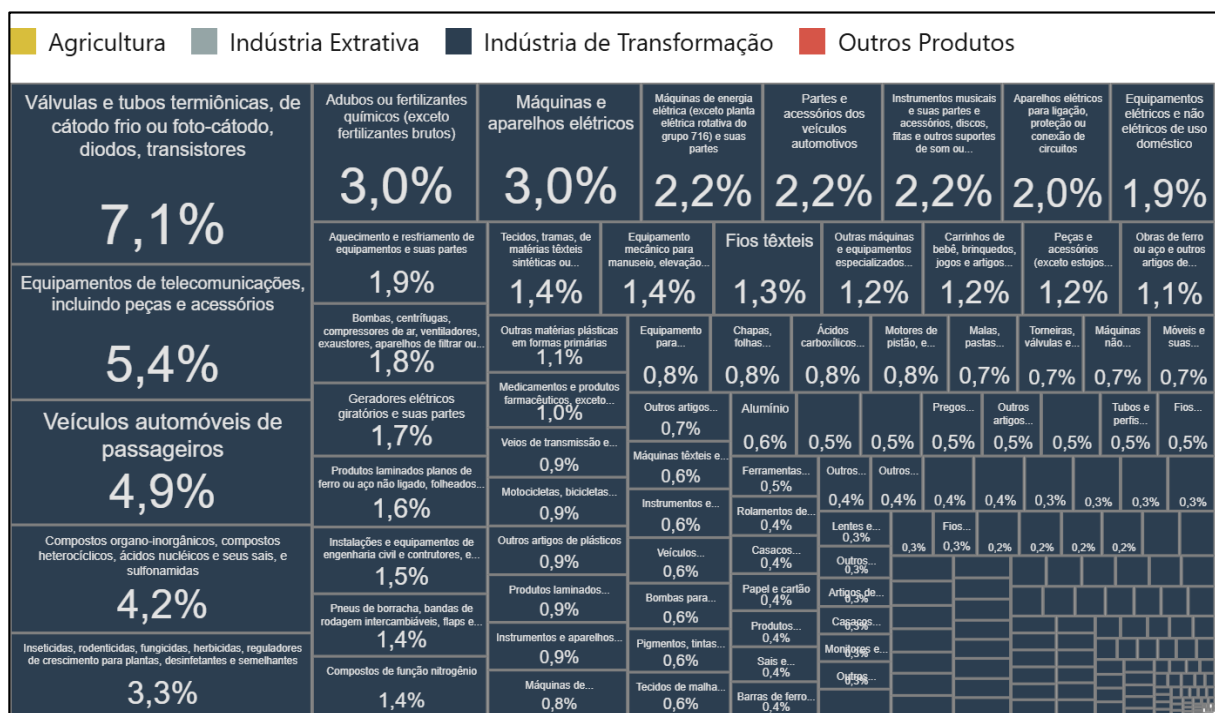
Fonte: Comex Stat, FMI. Elaboração própria. 2025.

O índice geral de *commodities* mostrou uma trajetória de crescimento instável entre 2003 e 2024, começando com 66 pontos em 2003 e alcançando picos, como 163 em 2008 durante o boom impulsionadas pela demanda chinesa. O preço do petróleo passou por alta volatilidade durante o período analisado. Essa variação impacta diretamente as receitas de exportação do Brasil.

A mineração de ferro teve uma das maiores variações, partindo de 24 em 2003 e disparando para 287 em 2011, impulsionada pela demanda siderúrgica chinesa. Após queda para 96 em 2015, recuperou-se até 270 em 2021, estabilizando em 190 em 2024. Sua volatilidade afeta fortemente a balança comercial brasileira, dada sua relevância nas exportações. A soja apresentou flutuações mais moderadas, começando em 64 em 2003 até 112 em 2024, mantendo relevância estável para as exportações agrícolas.

Essas variações influenciam diretamente o comércio exterior do país. Os períodos de alta impulsionam receitas e superávits, enquanto quedas reduzem os valores exportados, evidenciando a vulnerabilidade do Brasil à volatilidade dos mercados globais, principalmente o chinês. Assim, ressalta-se se a importância da diversificação da pauta de exportação para reduzir riscos e agregar maior valor aos produtos brasileiros.

Figura 2: Concentração dos produtos importados da China em 2024.



Fonte: Comex Stat. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis/2/160>.

Em relação aos produtos importados pelo Brasil da China, conforme a figura 2 acima, os itens de maior destaque são: válvulas e tubos termiônicos (7,1%), equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (5,4%), veículos automóveis de passageiros (4,9%), máquinas e aparelhos elétricos (3,0%) e máquinas de energia elétrica e suas partes (2,2%).

O peso dos produtos eletrônicos, equipamentos e veículos refletem as vantagens competitivas da China como um grande centro de manufatura e montagem global. Uma das causas que contribuíram para o aumento da demanda é que os produtos chineses normalmente são mais baratos do que os produzidos em outros países, o que os tornam mais acessíveis aos consumidores brasileiros. Assim, a China consegue manter esses baixos custos com disponibilidade de mão de obra barata e infraestrutura industrial eficiente (E-commercebrasil, 2023).

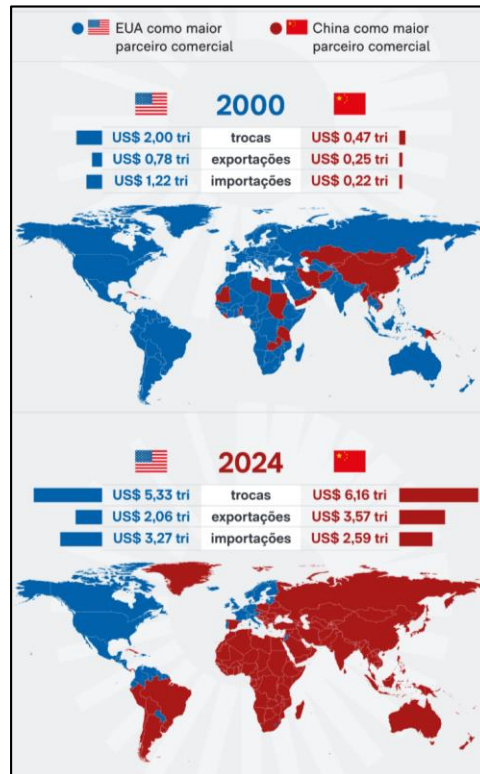
Essas importações podem afetar diretamente o mercado nacional, exigindo que as indústrias brasileiras busquem adaptação, inovação tecnológica e maior competitividade para fazer frente à concorrência chinesa.

A entrada de manufaturados chineses com preços menores no Brasil pode contribuir para uma menor inflação de bens industriais, uma vez que muitos desses produtos são bens intermediários. Essa relação, no entanto, não é direta, dependendo também da evolução dos preços das commodities e do câmbio. Uma parte relevante da desinflação de bens industriais no Brasil, tanto ao produtor quanto ao consumidor, se deu não apenas pela redução recente dos preços de commodities, mas também devido a menores preços de importações da China. (Itaú Unibanco, 2024, p. 3)

Segundo a Brasil (2023), a China teve aumento no volume dos embarques para o Brasil de 11% em 2022 comparado ao ano anterior. Além da China, os principais fornecedores de bens para o país foram: União Europeia, Estados Unidos e Argentina, juntos representam cerca de 62,4% de todas as importações brasileiras, evidenciando a concentração das fontes de importação do Brasil e a proeminência da China nesse cenário.

A figura 3, logo abaixo, ilustra a transformação do cenário comercial global, com a China emergindo como o principal parceiro comercial de uma vasta maioria de países até 2024, superando os Estados Unidos. Em 2000, os EUA dominavam o comércio global, em 2001 a China ingressou à OMC e em 2024, a China alcançou um volume de trocas que ultrapassou os EUA.

Figura 3: Compras de cada UF da China em 2022.



Fonte: Poder 360, 2025.

Análise das relações comerciais sob a perspectiva realista

O advento do século XXI foi pautado pelos fatos históricos da revolução tecnológica, a Pandemia, as guerras militares e as guerras de cunho comercial, o neo-regionalismo e o fenômeno da crescente ascensão da China. Eles representam profundas e complexas transformações do processo instável e inacabado da nova ordem mundial.

Essa realidade parece apontar a necessidade de realizar uma auto-avaliação sobre o poder e alcance explicativo das tradicionais abordagens das Relações Internacionais. Os liberais argumentam que o comércio, por exemplo, cria laços e interesses mútuos que tornam o conflito menos provável, pois a guerra seria economicamente custosa para todos os envolvidos (Moreira Lima, 2016). Enquanto isso os neoliberais apostam nas instituições pois elas podem moldar o comportamento dos Estados, levando-os a cooperar, mesmo num cenário de anarquia.

Para compreender o fenômeno China nas Relações Internacionais, estudos do enfoque do liberalismo convergem em vê-la desenvolvendo uma modalidade de cooperação de integração via instituições liberais, como um meio para atingir estabilidade com ganhos absolutos em comércio-tech (Hudda, 2015). Entretanto, no enfoque marxista sua visão aponta as controvérsias do desenvolvimento da economia chinesa, sendo de um lado observada como um capitalismo periférico e, pelo outro, sob contradições em exploração laboral.

Neste artigo, a abordagem priorizada é o realismo. Contudo, o objetivo é expandir esta análise em um estudo futuro, que se dedicará a explorar outras perspectivas teóricas para desvendar as complexas relações comerciais sino-brasileiras. Neste próximo estudo, a análise será mais abrangente, complementando a racionalidade do comportamento econômico com elementos da ciência política, a análise espacial dos fluxos de comércio internacional, e a recente proposta de estudiosos chineses (Xiang et al., 2024) que inclui aspectos culturais e históricos. Assim, reconhecemos que é excessivo esperar encontrar todas as respostas para esta dinâmica multifacetada em apenas um olhar ou abordagem da Teoria das Relações Internacionais.

O Realismo parte do pressuposto de que o sistema internacional é anárquico, ou seja, não há uma autoridade central que regule as interações entre os Estados (Waltz, 2001). Então, a busca por poder será uma das características centrais do comportamento deles nas relações internacionais. No âmbito comercial, refere-se a estratégias que favorecem a maximização dos ganhos econômicos e a minimização de vulnerabilidades que possam resultar da interdependência. Logo, essas relações são como um meio para alcançar fins estratégicos.

Todos os outros processos, assim como o comportamento de todos os outros agentes, são influenciados, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, pelas relações de poder existentes entre os Estados soberanos no plano internacional. Observe também que os realistas atribuem aos Estados nacionais uma racionalidade e uma preocupação essencial com a própria segurança (Da Rocha, 2002, p. 266)

O realismo mostra a importância das alianças e das rivalidades na dinâmica internacional, em que é possível ver, por meio de acordos bilaterais ou multilaterais, que podem ter um caráter de cooperação quanto à competição, a exemplo dos blocos econômicos, que servem para fortalecer os seus membros contra rivais externos. Mas elas são temporárias e oportunistas, o que explica o porquê de acordos comerciais serem negociados, ajustados ou desfeitos de acordo com as mudanças do cenário internacional.

A política e a sociedade serão regidas por leis objetivas fundamentadas na natureza humana pela busca por poder e sobrevivência. Então, a moralidade universal não pode ser aplicada diretamente às ações estatais, pois essas são guiadas pelo contexto concreto e pela necessidade de autopreservação. Portanto, o realismo explica que os acordos comerciais, as alianças e os blocos econômicos são construídos não por altruísmo, mas como estratégias racionais relacionadas à busca por segurança e poder, sendo negociados, ajustados ou desfeitos conforme as mudanças na distribuição do poder e os interesses nacionais que se modificam. (De Melo Santos, 2012).

Aplicando essas perspectivas teóricas às relações comerciais entre Brasil e China, observa-se uma assimetria de poder entre os dois países e a dependência econômica brasileira que se estabeleceu ao longo dos anos. Essa assimetria pode ser analisada em diversos aspectos, a exemplo do poder econômico e tecnológico. Ao passo que a China está se tornando a maior potência global, o Brasil, mesmo com seu desempenho regional na América do Sul, não possui o mesmo nível de projeção internacional.

O Brasil é considerado uma potência regional devida a vários fatores. A população brasileira é a maior da região, seu território é três vezes maior que o argentino, possui abundância em recursos naturais, como florestas, recursos hídricos, petróleo, e indicadores econômicos expressivos (De Carvalho; Gonçalves, 2016). De acordo com dados compilados pela Thomson Reuters, em 2021, 20% das importações brasileiras vieram da China, mas o país só representa 1,42% do total das vendas globais chinesas. Essa diferença de poder pode criar tanto riscos quanto oportunidades para o Brasil.

A abordagem realista, que prioriza a questão central de poder nas relações comerciais, pode não capturar toda a complexidade do caso sino-brasileiro. É fundamental que as análises sobre essa relação considerem as reflexões da Teoria da Dependência, que demandam um repensar sobre como o poder se manifesta nesse contexto. Braga e Matos (2025) argumentam que, embora exista uma relação assimétrica, ela não se enquadra em um modelo de dominação e subordinação, pois a China não impõe condicionalidades políticas e financeiras incontornáveis ao Brasil. Essa perspectiva contrasta com a visão de uma “nova dependência”, como explorado por Lechín (2022, p. 11), que aponta para a reprodução de uma dinâmica centro-periferia. Nessa dinâmica, a América Latina se especializa na exportação de matérias-primas, enquanto importa

bens manufaturados da China, um padrão que o autor denomina como “Consenso das *Commodities*”.

Na relação sino-brasileira, a dinâmica é predominantemente baseada na vantagem comparativa. A vantagem comparativa leva em consideração o custo de oportunidade (Investopédia, 2025) e o Brasil exporta *commodities* cujos custos são relativamente baixos. Em contrapartida, o Brasil importa da China bens manufaturados e de tecnologia, onde a China detém vantagem comparativa em termos de custo e escala de produção. Essa complementaridade de vantagens comparativas explica o volume expressivo do comércio bilateral e os superávits comerciais do Brasil com a China. Para o Brasil, o desafio é também desenvolver objetivos estratégicos para obter novas vantagens competitivas em setores de maior valor agregado, a fim de evitar os riscos do padrão de especialização em *commodities* pela vulnerabilidade a choques externos.

Nessa esfera, é crucial que o Brasil diversifique seus parceiros comerciais e reduza sua vulnerabilidade às oscilações do mercado chinês. A desaceleração do crescimento chinês a partir de 2014, por exemplo, impactou diretamente as economias latino-americanas, que viram seu crescimento diminuir e a pobreza e a desigualdade voltarem a aumentar (Lechín, 2022 p. 13). A própria política externa chinesa, embora oficialmente guiada pela doutrina de “Cooperação Sul-Sul”, evoluiu de uma postura revisionista e política para uma abordagem mais focada na economia, o que explica a ênfase atual nas relações comerciais (Chen, 2021). Considerando esse fator, Souza (2018) sugere que o país invista em estratégias de promoção de suas exportações para outros mercados, como a Europa e os Estados Unidos, além de buscar parcerias com países em desenvolvimento na América Latina e na África.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo analisar as parcerias sino-brasileiras no comércio exterior brasileiro, revelando a complexidade das relações econômicas dessa relação nos últimos anos. A ascensão da China a principal parceiro comercial do Brasil foi impulsionada

pela sua própria expansão econômica e pela orientação da política externa brasileira, que priorizou a cooperação Sul-Sul.

O intercâmbio comercial gerou benefícios expressivos, como superávits recorrentes e acesso a importação de bens manufaturados, ao passo que consolidou a China como maior destino das exportações brasileiras. No entanto, essa relação também evidencia vulnerabilidades estruturais, a exemplo da pauta exportadora brasileira que segue concentrada em *commodities* de baixo valor agregado, enquanto as importações chinesas se destacam pela elevada presença de bens industrializados e tecnológicos, acirrando a concorrência com a indústria nacional.

Os dados analisados indicam um crescimento significativo tanto das exportações quanto das importações entre os dois países entre 2000 e 2024, mas alerta da necessidade de diversificação brasileira tanto de parceiros comerciais quanto de produtos exportados. A concentração em poucos produtos primários, como soja e carne bovina, e a elevada importação de bens manufaturados chineses sugerem um desequilíbrio que pode impactar a economia brasileira a longo prazo.

Sob a ótica da teoria realista das relações internacionais, essa parceria reflete a busca estratégica de maximização de interesses nacionais. No entanto, essa relação é marcada por uma evidente assimetria de poder econômico. Enquanto a China opera com um planejamento estratégico de médio e longo prazo, o Brasil se encontra em uma situação que exige uma reavaliação de seus próprios objetivos. Questiona-se se a insistência no padrão de especialização em *commodities* é o caminho para um melhor posicionamento em suas parcerias comerciais. Para alcançar maior autonomia e relações mais equilibradas, o país precisa fortalecer seu potencial produtivo, tecnológico e comercial.

Portanto, essa relação bilateral apresenta desafios e oportunidades. Diante do período analisado é mostrada a importância da China como parceiro comercial, mas também é apontada a necessidade de políticas orientadas para a construção de uma base econômica mais diversificada e resiliente no Brasil. Assim, o futuro dessas parcerias está condicionado à capacidade brasileira em balancear as relações comerciais globais na busca por um desenvolvimento econômico mais favorável.

Referências

ANDRADE, Marielle Alvachian. **As cadeias globais de valor no comércio internacional e a perspectiva brasileira**. 2018. 92 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas / Menção em Direito Internacional Público e Europeu) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

BELLO, Teresinha da S. **Déficit em transações correntes: o retorno**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e Gestão Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2010. Disponível em: <<https://arquivo.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/20131219075.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

BRAGA, Sérgio; MATOS, Angelita. As relações Brasil-China sob a ótica da teoria da dependência. In: **Cadernos CRH**, v. 38, p. 1-19, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Secretaria de Comércio Exterior. **Resultados da Balança Comercial Brasileira de 2022**. Brasília, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/05/balancacomercial-2022-brasil-comercioexterior-exportacoes.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Presidência da República (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.15. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/808-discursos_selecionados_lula.pdf. Acesso em: 11. dez. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Manual de Comunicação: Guia de Economia. **Commodity/commodities**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/commodity-commodities>, Acesso em: 11 dez. 2025.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. São Paulo: Conselho Empresarial Brasil-China, 2020. Disponível em: file:///home/ubuntu/upload/INVESTIMENTOS_CHINA_BRASIL_2007-2020_OFICIAL_publicado-1.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

CHINA É O PRINCIPAL DESTINO DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS. *Secretaria de Comunicação Social – Secom*, Brasília, 15 ago. 2024. Disponível em: gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/china-e-o-principal-destino-de-exportacoes-brasileiras. Acesso em: 07 jul. 2025.

China passou EUA como principal parceiro comercial. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/china-passou-eua-como-principal-parceiro-comercial-no-seculo-21/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Comex Stat: dados gerais. Brasília: MDIC, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/141736>. Acesso em: 11 dez. 2025.

Conselho Empresarial Brasil-China. **Informativo - Comércio bilateral Brasil-China**, n. 66, 2016.

Conselho Empresarial Brasil-China. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. 2021.

CHEN, Chien-Kai. China in Latin America Then and Now: A Systemic Constructivist Analysis of China's Foreign Policy. In: **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 50, n. 2, p. 111-136, 2021.

DA ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: IBRI, 2002.

DE CARVALHO, Patrícia Nasser; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. O Brasil como potência regional: uma análise de sua liderança na América do Sul no início do século XXI. In: **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 222-252, 2016.

DE MELO SANTOS, Andressa. O realismo na teoria das relações internacionais. In: **Caderno de relações internacionais**, v. 3, n. 5, p. 84 -92, 2012.

E-COMMERCEBRASIL. **O futuro das importações da China para o Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/o-futuro-das-importacoes-da-china-para-o-brasil>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

FAZCOMEX. **Sistema Harmonizado - SH | O que é**. 2024. Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/ncm/sistema-harmonizado-sh/>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

GOETTLICHER, Matheus Zafra. **Custo do trabalho e formação de preços: uma análise comparativa insumo-produto entre Brasil e China para 2005, 2010 e 2015**. [sn], 2020.

HUDDA, Navil. Interpreting the Rise of China: Realist and Liberalist Perspectives. In: **E-International Relations**. 3 de abril de 2015. Disponível em: <https://www-e--ir-info.translate.googleusercontent.com/2015/04/03/interpreting-the-rise-of-china-realist-and-liberalist-perspectives/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc> Acesso em: 2 dez 2025.

INVESTOPÉDIA. **Vantagem absoluta versus vantagem comparativa**. 4 maio 2025. Disponível em: <https://www.investopedia.com/ask/answers/033115/what-difference-between-comparative-advantage-and-absolute-advantage.asp>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ITAÚ UNIBANCO. **Macro Visão: Importações de origem chinesa em alta: aspectos relevantes para a economia brasileira**. São Paulo, 15 ago. 2024. Disponível em: https://macroattachment.cloud.itau.com.br/attachments/11eb2367-fb46-466d-b7f5-5a7a389a562b/15082024_MACRO_VISAO_Importacoes_China.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

LECHÍN, Daniel Agramont. **China's increased presence in Latin America: Win-win relations or a new dependency? A state of the art**. Berlin: Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin,

2022. (trAndeS Working Paper Series, n. 12). Disponível em: <https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/35190.2>. Acesso em: 11 dez. 2025.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; RODRIGUES, Bernardo Salgado. Novo boom das commodities e a crescente participação chinesa na estrutura de comércio exterior do Brasil. In: **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. 1-22, 2024.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. **Brasil e China**: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos. Brasília: FUNAG, 2016.

NONNENBERG, M. J. B. China: estabilidade e crescimento econômico. In: **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 201–218, jun. 2010.

O TEMPO. **Brasil tem déficit comercial com os EUA? Entenda a relação e os impactos de possível retaliação**. 10 jul. 2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/2025/7/10/brasil-tem-deficit-comercial-com-os-eua-entenda-relacao-e-impactos-de-possivel-retaliacao> . Acesso em: 27 jul. 2025.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. **Texto para discussão**, v. 290, p. 1-38, 2017.

SPRENGER, L. Inconterm FOB na exportação: saiba como funciona. In: **Fazcomex**, 14 out. 2025. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/exportacao/inconterm-fob-na-exportacao/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SOUZA, A. M. Estratégias de diversificação das exportações brasileiras. In: **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 389-412, 2018.

Thomson Reuters. **Aumento da exportação entre Brasil e China na pandemia**. 2021. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/tax-accounting/comercio-exterior/blog/aumento-daexportacao-entre-brasil-e-china-na->

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado e a guerra**: uma análise teórica. Columbia University Press, 2001.

XIANG, Haoming; PETERSEN, David; BRAUMOELLER, Bear. **Reconceptualizing International Order**: Contemporary Chinese Theories and Their Contributions to Global IR. In: International Organization. Cambridge University Press, n. 78, pp. 538–74. Summer 2024.